

ATUAÇÃO EM POLÍTICA OU ATUAÇÃO PROFISSIONAL: REVELAÇÕES E CONTRADIÇÕES DE UM PLANO DE CARREIRA

Gilda Alessandra da Trindade Pereira UFSCar gildatridade@estudante.ufscar.br

Cleonice Maria Tomazzetti UFUSCar cmtomazzetti@ufscar.br

A Educação Infantil brasileira passou por relevantes transformações e conquistou seu patamar de primeira etapa da educação básica com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394 (Brasil, 1996), representando um grande avanço para as perspectivas educacionais, desvinculando-a da assistência social. Por conseguinte, adquiriu dimensão educativa, o que implicou diretamente no perfil dos profissionais responsáveis por atender às especificidades das crianças, que além da transferência de cargos da área da assistência, passaram a integrar o quadro do magistério.

A partir de sua promulgação, a LDB definiu como profissional da educação, aquele com formação acadêmica voltada à sua área de atuação, ou seja, o professor. A atuação dos profissionais da educação, especialmente na Educação Infantil, é um tema amplamente debatido nas pesquisas acadêmicas devido às implicações das políticas públicas para este setor.

Contudo, após quase três décadas do estabelecimento da lei, ainda se encontram “pulverizados” pelos municípios do país, profissionais com formação diversa às determinações legais atuando junto às crianças nessas instituições.

Diante o exposto, emerge um questionamento: Como as políticas públicas do município de Araçatuba impactam a atuação dos profissionais nas instituições de Educação Infantil? Tais impactos podem ser identificados por meio da análise de políticas elaboradas exclusivamente para os profissionais da educação, como é o caso dos planos de carreira.

As políticas públicas são elaboradas para salvaguardar os direitos do cidadãos e devem surgir das necessidade ou problemas identificados pela sociedade em diálogo como os governantes, expressas, segundo Ball, Maguire, Braun (2016, p.25) “como textos e coisas (legislação e estratégias nacionais) [...]”.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os impactos causados pela elaboração da política pública Plano de Carreira LC nº 288 (Araçatuba, 2022) no que diz respeito aos profissionais que atuam nas instituições de Educação Infantil do município.

Desenvolvida sob uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, a pesquisa conta com referencial teórico-analítico centrado no Ciclo de Políticas de Ball, Gold e Bown (1994), Mainardes (2006), Ball e Mainardes (2011) e da Teoria da Atuação de Ball, Maguire e Braun (2016). Além disso, foram utilizados aportes teóricos que contemplam os profissionais da educação em diálogo com as políticas públicas, Rosemberg (2003, 2015, 2021) e Kramer (2006, 2007, 2013, 2015), entre outros.

A pesquisa foi conduzida sob uma perspectiva crítico-reflexiva, adotando um posicionamento ético-ontopistemológico (Mainardes, 2022), o qual pressupõe a unificação entre as concepções teóricas e práticas éticas, considerando a coerência entre o ser, saber e fazer do pesquisador. No Brasil, a perspectiva ético-ontopistemológica foi divulgada por Jefferson Mainardes, visto que se relaciona com o Ciclo de Políticas e aos estudos epistemológicos em política educacional.

Os procedimentos metodológicos partiram da pesquisa bibliográfica, empregando-se o recorte temporal 2010-2023, por configurar um período de mudanças significativas para a Educação Infantil, tanto no contexto nacional quanto no municipal.

Os estudos foram coletados no repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), relacionados os descritores “educação infantil”, “formação” e “políticas públicas”. As buscas resultaram em 297 produções, entre teses, dissertações e artigos, sendo 94 na base de dados CAPES e 203 na BDTD.

Definiu-se como critério de inclusão estudos realizados em diferentes municípios das regiões do país. Excluíram-se os trabalhos indexados repetidamente e os que não atendiam aos propósitos da pesquisa. A partir da leitura sistemática das publicações, foram selecionados 13 trabalhos, considerados relevantes para uma análise aprofundada, de modo a contribuir efetivamente com os objetivos da pesquisa.

Em momento distinto ao anterior procedeu-se à análise documental centrada nas políticas públicas para a educação, com ênfase nos documentos específicos da Educação Infantil (nacionais e municipais) que trataram das transformações na estruturação da primeira etapa da educação básica, dispostos em leis, decretos, resoluções, pareceres e portarias.

Como parte da análise, foram incluídos os editais de concursos públicos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de Araçatuba e os dados extraídos do Sistema DemandaNet (*software* de gestão educacional).

Em relação às pesquisas realizadas em outras regiões do país, a maioria se concentra nas regiões Sudeste e Sul, explicitando a necessidade de maiores investimentos em pesquisas dessa natureza nas regiões Norte, Nordeste e principalmente na Centro-Oeste.

Os estudos indicaram fragilidades quanto aos investimentos públicos na primeira etapa da educação básica; à formação dos profissionais da educação; à elaboração de políticas públicas eficientes; à presença de profissionais não docentes atuando nas instituições de Educação Infantil, nas quais surgiram termos como auxiliares, monitores e educadores.

Revelou-se que no cenário brasileiro, as políticas públicas que orientam a educação da criança pequena em instituições coletivas vêm se constituindo, historicamente, sobre concepções contraditórias de educação, compreendida, em muitos casos, como uma concessão e não como um direito.

Como resultado da pesquisa documental, evidenciaram-se os seguintes apontamentos: aumento na procura por vagas e matrículas; a criação de cargos contraditórios às determinações da LDB; maior contratação de profissionais não-docentes em relação aos docentes para atuação nas instituições de Educação Infantil do município; indicativo de um processo de “assistencialização, [...] surgimento sistemático de soluções milagrosas que dariam conta do déficit de vagas em creche particularmente para a população situada nos níveis inferiores de renda” (Rosemberg 2015, p. 226).

Na perspectiva da teoria da atuação (*theory of policyenactment*) Ball e colaboradores (Ball; Maguire; Braun, 2016) explicitam que as políticas não são meramente implementadas, mas colocadas em ação com diversas adaptações, isto é, são interpretadas e traduzidas de acordo com dimensões contextuais variadas.

O conceito de interpretação refere-se a uma leitura inicial da política, uma atribuição de sentido. Por outro lado, a tradução se aproxima da linguagem da prática e envolve “fazer textos institucionais e colocar esses textos em ação” (Ball; Maguire; Braun, 2016, p. 81), ou seja, produzir uma nova política.

O diálogo com a teoria atuação, revelou que a política pública municipal, ao longo desses anos (2010-2023), se constituiu como uma política de governo atrelada aos interesses dos gestores municipais, frente às exigências advindas das políticas nacionais.

Nessa conjuntura, os resultados apontam para impactos negativos causados pela política pública Plano de Carreira LC nº 288 (Araçatuba, 2022), como a desvalorização profissional, falhas na política de formação, divergências nos objetivos da Educação Infantil e a incompatibilidade entre as políticas municipais e nacionais no que diz aos profissionais da educação básica.

Assim, após quase três décadas da inserção da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica na LDB, a evidência de tensões e contradições em torno dos profissionais que atuam nessa etapa, demonstra a necessidade de intensa participação coletiva na definição de políticas públicas que respeitem as especificidades da infância, valorizem a Educação Infantil e os profissionais da educação, assim como o investimento na produção de conhecimentos acerca das suas singularidades.

Palavras-chave: plano de carreira; profissionais da educação infantil; políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ARAÇATUBA. Lei Complementar nº 288 de 12 de dezembro de 2022. **“Dispõe sobre a reorganização do Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Município de Araçatuba, integrantes do Quadro do Magistério Público e integrantes do Quadro de Apoio à Educação, e dá outras providências”**. Araçatuba, SP, dez 2022. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/camara/sp/aracatuba?o=&q=288> Acesso em: 05 mai. 2023.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem políticas:** atuação em escolas secundárias. Tradução: Janete Brindon. 2 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2021.

MELLO, Débora Teixeira. Um estudo sobre as políticas públicas de formação docente para a educação infantil no Brasil: uma análise das metas do Plano Nacional de Educação (2001-2010). *In*: CANCIAN, Viviane Ache; GALLINA, Simone Freitas da Silva; WESCHENFELDER, Noeli (Orgs.). **Pedagogias das infâncias, crianças e docências na educação infantil**. Santa Maria: UFMS, Centro de Educação, Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo, 2016. p. 115-126.

ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas públicas e qualidade da educação infantil. *In*: ARTES, Amélia; UNBEHAUM Sandra. **Escritos de Fúlvia Rosemberg**. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 2015. p. 217- 226.